

# Desenvolvimento Socioeconômico na METRÓPOLE E NO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO

NOTA CONJUNTURAL • MAIO DE 2013 • Nº 23



## PANORAMA GERAL

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é caracterizado pela concentração urbana e metropolitana. Com o quarto menor território, maior taxa de urbanização e a terceira maior população do Brasil, sua densidade demográfica, de 365,23 pessoas por km<sup>2</sup>, é a segunda mais alta do país, atrás apenas do Distrito Federal. Sua população está distribuída da seguinte forma: 40% na capital, 34% nos municípios que compõem a periferia da região metropolitana e 26% no interior. Ou seja,  $\frac{3}{4}$  da população está concentrada na região metropolitana.

A concentração da atividade econômica fica ainda mais evidente: a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) responde por aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da economia do ERJ; por sua vez,  $\frac{2}{3}$  do produto metropolitano vem da capital. No entanto, enquanto a periferia e a capital cresceram respectivamente 1,7% e 2,8% ao ano desde 2002, o interior do estado apresentou crescimento anual de 4,7%. A trajetória da atividade econômica no interior está relacionada à do PIB da indústria extrativa mineral, que segue o mesmo padrão.<sup>1</sup> Enquanto a periferia e o município do Rio de Janeiro têm os serviços como atividade majoritária, com 70% e 66% do valor adicionado, a composição setorial do produto é mais equilibrada no interior: entre 2002 e 2009, 52% do PIB adveio da indústria e 39% do setor de serviços, em média.

Nesse contexto, cabe verificar o quão distinta tem sido a evolução dos indicadores socioeconômicos na capital, na periferia e no interior do estado<sup>2</sup>. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e da Relação Anual de Informações Anuais (RAIS/MTE) de 2001 a 2011, foram identificados os pontos de convergência e divergência entre esses três recortes territoriais.

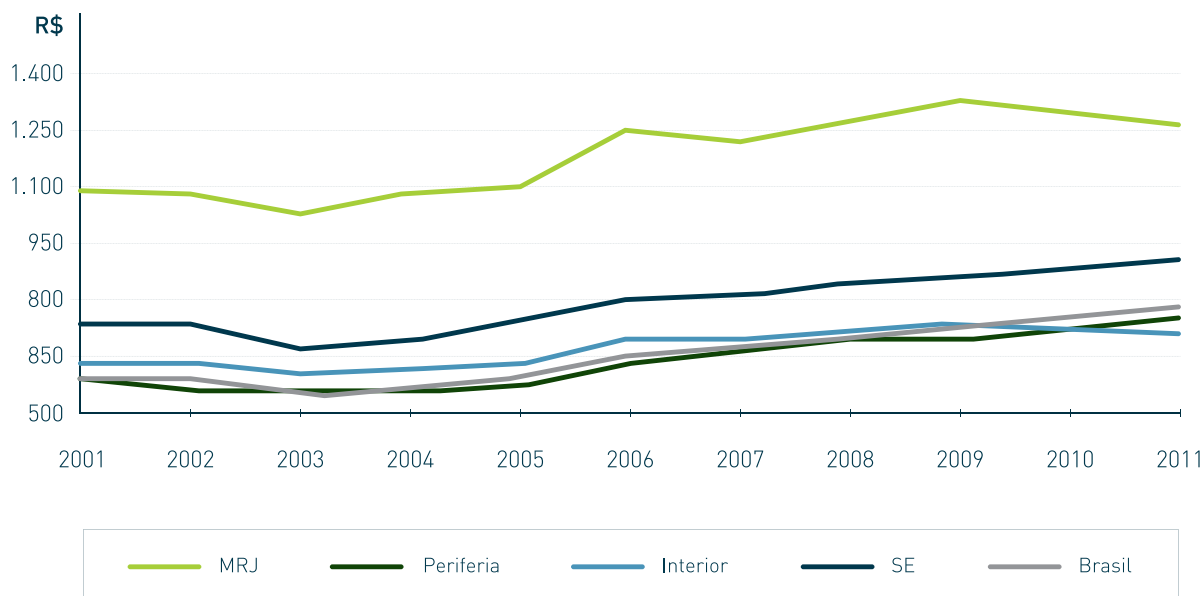
1. O Norte Fluminense - onde se concentram os principais municípios produtores de petróleo - apresentou a maior taxa de crescimento anual (5,5%) entre as seis mesorregiões do estado.

2. Nesta nota, o interior refere-se aos municípios do Rio de Janeiro que não fazem parte da região metropolitana do estado, inclusive os litorâneos, totalizando 73 municípios. A periferia da RMRJ é a região metropolitana exceto a capital, composta por 18 municípios.

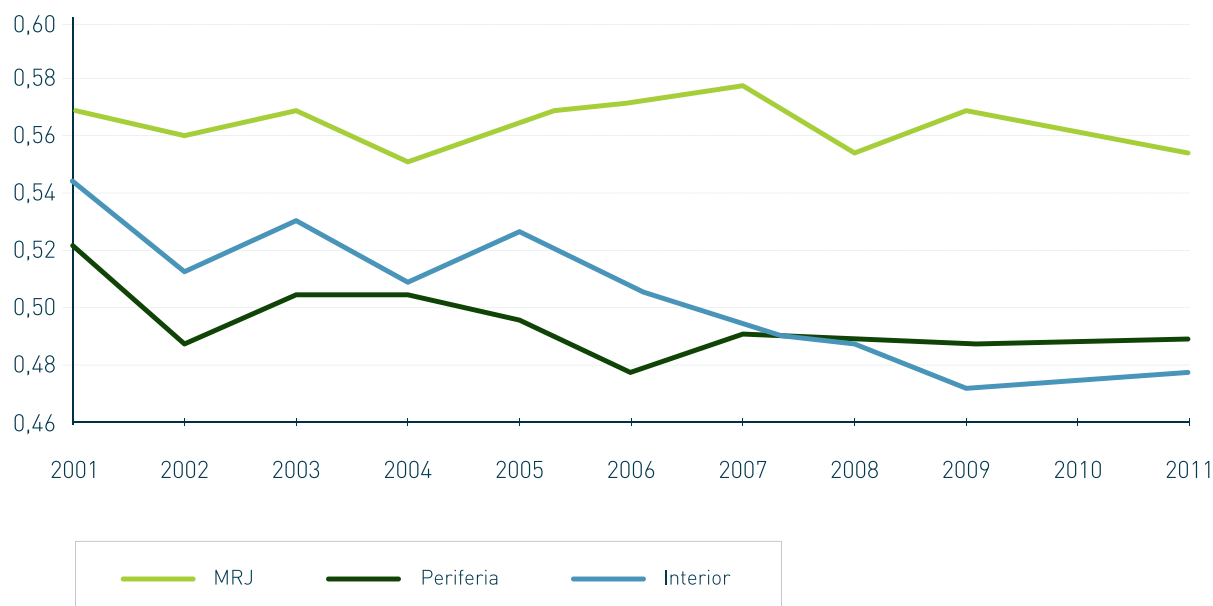
## RENDAS, POBREZA E DESIGUALDADE

A renda domiciliar *per capita* do ERJ (R\$ 921) é a quarta maior do país. Contudo, há uma grande disparidade entre a renda média na capital, na periferia e no interior do estado, como pode ser visto no Gráfico 1. Enquanto a renda domiciliar *per capita* da capital correspondeu a R\$ 1.260 em 2011, bastante acima da observada na região Sudeste (R\$ 903), a do interior alcançou menos de 60% desse valor, ficando abaixo da aferida na periferia, de R\$ 749, e da nacional, de R\$ 762. Isso se deveu ao ritmo mais lento de crescimento a partir de 2003 e à queda entre 2009 e 2011, o que não ocorreu na periferia, no Sudeste e no Brasil. Aliás, a redução da renda *per capita* no município do Rio de Janeiro foi o dobro da verificada no interior, ou seja, houve crescimento da renda domiciliar *per capita* apenas nos municípios da periferia da região metropolitana.

**GRÁFICO 1 | EVOLUÇÃO DA RENDA DOMICILIAR PER CAPITA (R\$ DE 2011)** FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE



Entre 2001 e 2011, o Coeficiente de Gini diminuiu de maneira tímida na cidade do Rio e, mais fortemente, no interior do estado. Desse modo, no interior passou a ser menos desigual do que nos municípios da periferia da região metropolitana em 2008. Nos últimos, a desigualdade teve um comportamento errático na primeira metade da década, seguida de uma estabilização do Gini em torno de 0,49 a partir de 2007. Nota-se que, entre 2009 e 2011, houve um ligeiro aumento na desigualdade no interior.

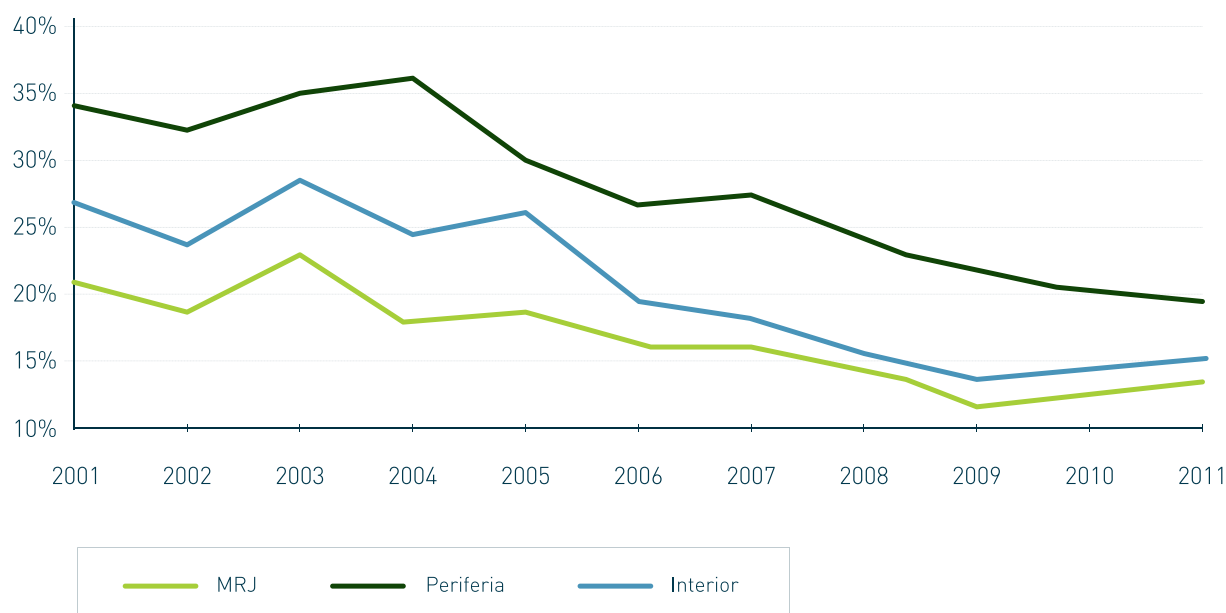
**GRÁFICO 2 | EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI** FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE

O decréscimo da renda conjugado ao aumento da desigualdade entre 2009 e 2011 levou a um aumento no percentual de pobres no interior do estado. A porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza de R\$ 240 mensais também subiu na capital. Dessa forma, a trajetória de queda da pobreza desde 2005 em ambos foi interrompida. A pobreza começou a cair somente em 2007 nos municípios da periferia da RMRJ, mas, ao contrário da capital e do interior, essa queda se manteve nos últimos anos. Consequentemente, as distâncias entre as três áreas diminuíram em 2011.

Analisando o período como um todo, verifica-se uma diminuição do percentual de pobres, sendo menos intensa na capital do estado. Ainda assim, em 2011, o percentual de pobres no município do Rio de Janeiro (13,5%) foi inferior ao do interior, de 15%, e da média da periferia, de 19%.

**GRÁFICO 3 | EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE PESSOAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA**

FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE



De fato, a periferia da região metropolitana concentrou 44% dos pobres do Rio de Janeiro em 2011, uma queda de 4 p.p. em relação a 2009. A cidade do RJ respondeu por 30% da pobreza no estado e o interior pelos 26% restantes em 2011. A participação de ambos aumentou em cerca de 2 p.p. entre 2009 e 2011.

Esses indicadores mostram que a capital, embora ostente uma renda média elevada, não foi capaz de reduzir a alta desigualdade de renda, permanecendo com nível mais elevado de desigualdade entre as regiões. A diminuição da pobreza também foi mais lenta e, em 2011, o percentual de pobres da cidade se aproximou ao das outras áreas do estado. Apesar de ter apresentado uma queda mais acentuada da pobreza nos últimos anos, a periferia da RMRJ ainda registra o índice mais elevado do estado. Na próxima seção, será investigado como as condições de renda foram afetadas pelas especificidades do mercado de trabalho em cada um dos três recortes territoriais do estado.

## MERCADO DE TRABALHO

A população economicamente ativa do ERJ segue a distribuição da população: 40% vive na cidade do Rio de Janeiro, 34% na periferia da RMRJ e 26% no interior. Já os desempregados estão relativamente mais presentes na periferia da região metropolitana. Quase 40% dos desempregados vivem na RMRJ exceto a cidade do Rio de Janeiro, 1/3 deles mora na capital e 27% são do interior.

A cidade e a periferia da RMRJ possuem taxas de atividade baixas e similares à taxa do estado, de 62%. A taxa de participação é um pouco maior (1 p.p.) no interior. A taxa de desemprego da RMRJ é reduzida pela baixa desocupação na capital e equivaleu a 8% em 2011. O maior nível de desemprego está na periferia da Região Metropolitana, com 9,7%. Em seguida, vem o interior, com 8,7%, e a capital, com 6,7% - menor taxa de desemprego das áreas analisadas.

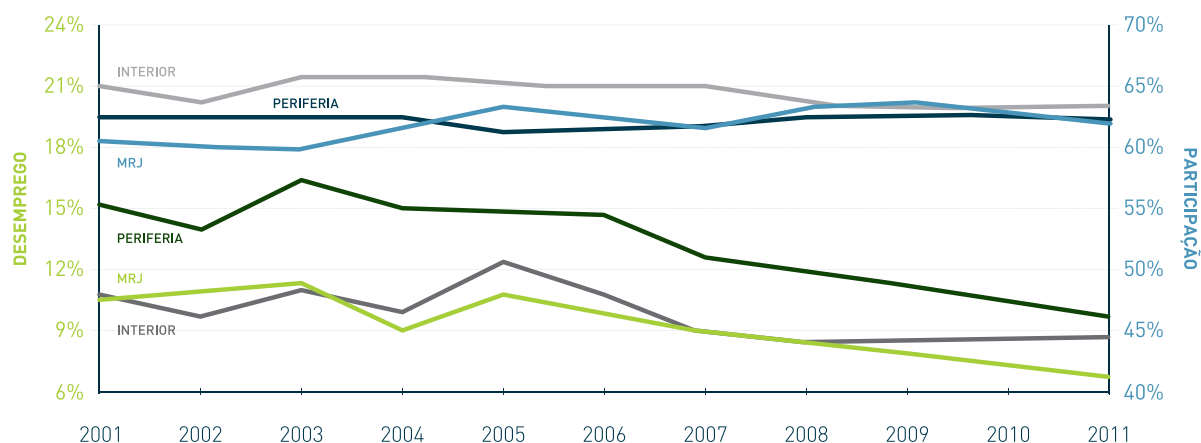
A tendência de queda do desemprego observada no estado desde 2005 é também verificada no município e na periferia da RMRJ, porém não é observada no interior. Desde 2007, a taxa de desemprego se manteve estável no interior, sendo que, em 2011, subiu levemente. Assim, o interior, que tinha um desemprego menor do que a região metropolitana, passou a ter proporcionalmente mais desempregados em 2011.

O crescimento da taxa de participação no município entre 2001 e 2009, concomitante à queda do desemprego, aponta para uma possível criação de postos de trabalho na capital. No interior, a combinação de estabilidade na taxa de participação com aumento no desemprego, entre 2009 e 2011, sugere uma destruição de postos de trabalho.

---

3. A taxa de desemprego na RMRJ aferida pela Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE) em 2011 foi de 5,2% e tem mantido a trajetória de queda iniciada em 2006. Assim, em abril de 2013, chegou a 4,2%, a segunda menor entre as seis maiores regiões metropolitanas, superior apenas à taxa de Porto Alegre. Foi a menor taxa de desocupação de abril desde o início da série, em março de 2002.

**GRÁFICO 4 | TAXA DE DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO** FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE



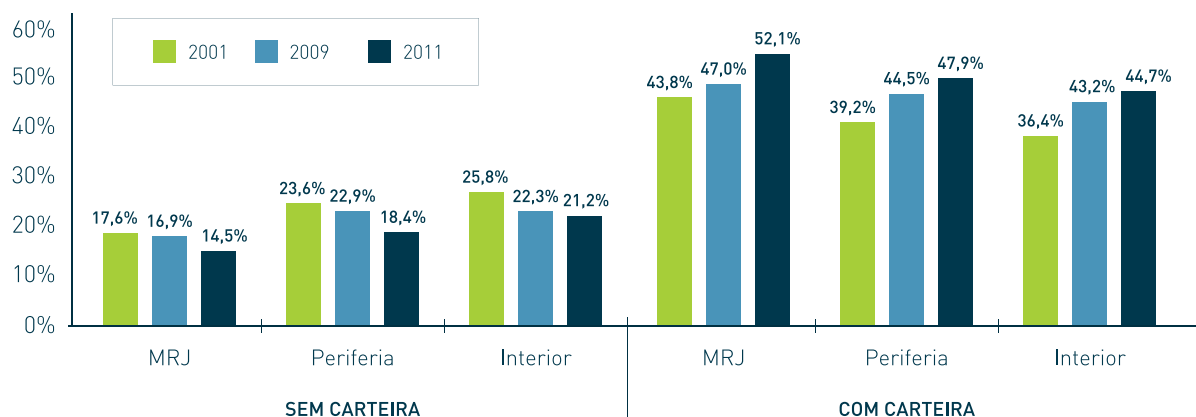
O desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos é bastante alto no estado e alcançou 23% na periferia, 20% no interior e na RMRJ e 17% na capital. Apesar da capital apresentar taxa de desemprego de jovens inferior, ela é 2,6 vezes maior do que a da população total, o mais alto diferencial entre os recortes analisados.

Entre as pessoas com níveis de escolaridade distintos, o desemprego é mais elevado para aquelas que possuem o ensino médio incompleto nos recortes territoriais analisados, assim como no estado. Contudo, a taxa de desemprego para esse grupo é 9 p.p. maior na periferia do que na capital, onde equivale a 11%.

No que se refere à posição na ocupação, houve aumento generalizado do emprego formal, porém a proporção de empregados com carteira assinada é consideravelmente mais baixa no interior do Rio de Janeiro. Apenas 45% dos ocupados são empregados formais no interior, enquanto na periferia da RMRJ e na capital, respectivamente, 48% e 52% dos trabalhadores possuíam carteira assinada em 2011.

**GRÁFICO 5 | PERCENTUAL DE OCUPADOS COM E SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA**

FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE

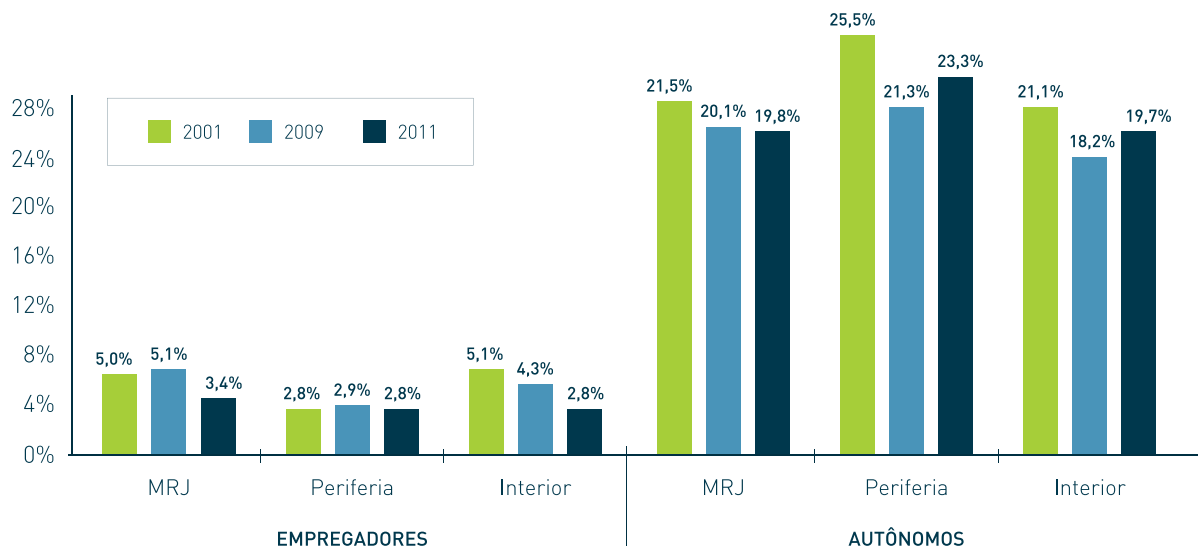


De forma complementar, a participação do emprego sem carteira diminuiu na capital, periferia e no interior na última década. Porém, essa redução foi bem mais tímida no interior entre 2009 e 2011, de modo que a informalidade no emprego ainda atinge 21% dos ocupados de fora da RMRJ.

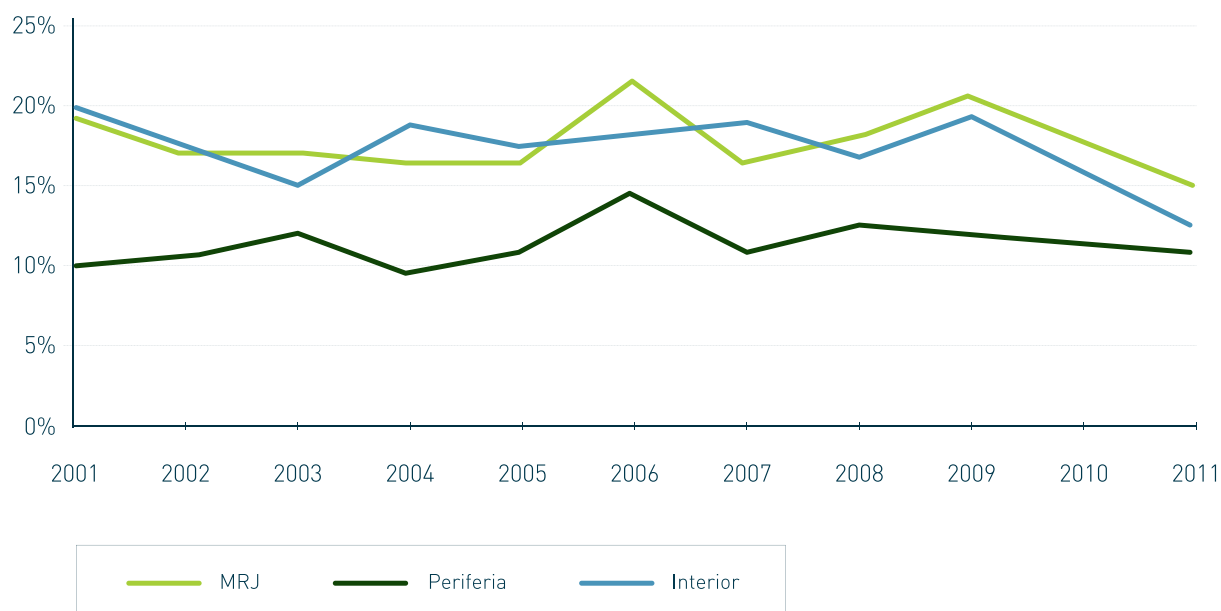
Assim como no estado como um todo, o trabalho por conta própria cresceu no interior e na periferia da RMRJ entre 2009 e 2011, embora tenha caído em relação a 2001. Já no município do Rio de Janeiro, a redução persistiu nos últimos anos analisados. O percentual de empregadores também sofreu forte decréscimo na capital entre 2009 e 2011, fazendo com que a proporção de empreendedores (total de trabalhadores por conta própria e empregadores) entre os ocupados tenha diminuído, fenômeno que não foi verificado nos demais recortes do estado. Ainda assim, a porcentagem de empregadores no município do Rio de Janeiro é maior do que no interior e na RMRJ. Já a proporção de trabalhadores por conta própria é maior na periferia da região metropolitana do que na capital e no interior.

A menor taxa de sucesso dos empreendedores está na periferia da região metropolitana, onde somente 10,9% dos empreendedores são empregadores. Esse percentual correspondeu a 12,4% no interior e 14,7% na capital, conforme o Gráfico 7.

**GRÁFICO 6 | PERCENTUAL DE AUTÔNOMOS E EMPREGADORES** FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE



**GRÁFICO 7 | TAXA DE SUCESSO DOS EMPREENDEDORES** FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE



Além do menor percentual de empregadores entre os empreendedores, a periferia da RMRJ tem uma baixa taxa de formalização, definida pelo percentual de trabalhadores por conta própria e empregadores com CNPJ. Enquanto 18% dos autônomos e, respectivamente, 84% e 80% dos empregadores possuíam registro em 2011 na capital e no



interior do ERJ, na periferia esses percentuais corresponderam a 14% e 72%. Com efeito, entre as nove regiões metropolitanas pesquisadas, o percentual de trabalhadores por conta própria formalizados na RMRJ só é mais alto do que em Salvador, Belém e Fortaleza. Já a porcentagem de empregadores com CNPJ na região metropolitana do Rio de Janeiro é superior apenas à verificada em Belém e Fortaleza.

Entre 2009 e 2011, destaca-se a difusão do CNPJ entre os empreendedores do interior do estado, alcançando patamares comparáveis ao interior do Paraná, um dos estados com maiores níveis de formalização do país. A capital possui os mais altos percentuais de empreendedores com CNPJ entre os três recortes territoriais do estado. Porém, o esforço de formalização foi concentrado nos empregadores, uma vez que a formalização entre os autônomos no município do Rio de Janeiro ainda é extremamente baixa e encontra-se 11 p.p. abaixo da verificada na cidade de São Paulo, por exemplo.

Em relação à composição setorial do emprego, observa-se um padrão semelhante ao do produto: enquanto mais da metade dos ocupados na cidade do Rio de Janeiro (60%) e na periferia da RMRJ (51%) se concentra no setor de serviços, no interior do estado esse percentual é de 46%. Por outro lado, a indústria e a construção civil contribuem relativamente mais para o emprego no interior e na periferia na comparação com a capital.

Assim como a renda domiciliar per capita, a remuneração média do trabalho na capital (R\$ 1.924) é superior à remuneração na periferia (R\$ 1.247), que por sua vez é mais alta do que a observada no interior, de R\$ 1.136. Embora o interior tenha apresentado o maior crescimento anual da renda do trabalho ao longo da década, a remuneração ainda é inferior à média brasileira em 2011.

Ao contrário do observado em relação à renda da população total e ocupada em outras posições, a remuneração média dos empreendedores é mais baixa na periferia do que no interior. Assim, enquanto os empregadores obtiveram R\$ 3.106 mensais no interior em 2011, seu rendimento foi de R\$ 2.885 na periferia (e de R\$ 5.526 na capital). Devido ao crescimento da renda dos trabalhadores por conta própria no interior, desde 2005, e à instabilidade desse indicador na periferia, a partir de 2008, os autônomos passaram a ganhar mais no primeiro. Desse modo, a remuneração média dos trabalhadores por conta própria foi de R\$ 1.204, no interior, e de R\$ 1.085, na periferia (e de R\$ 1.658 na capital). Nota-se a grande distância entre os rendimentos dos empreendedores na capital e nos demais municípios do estado.

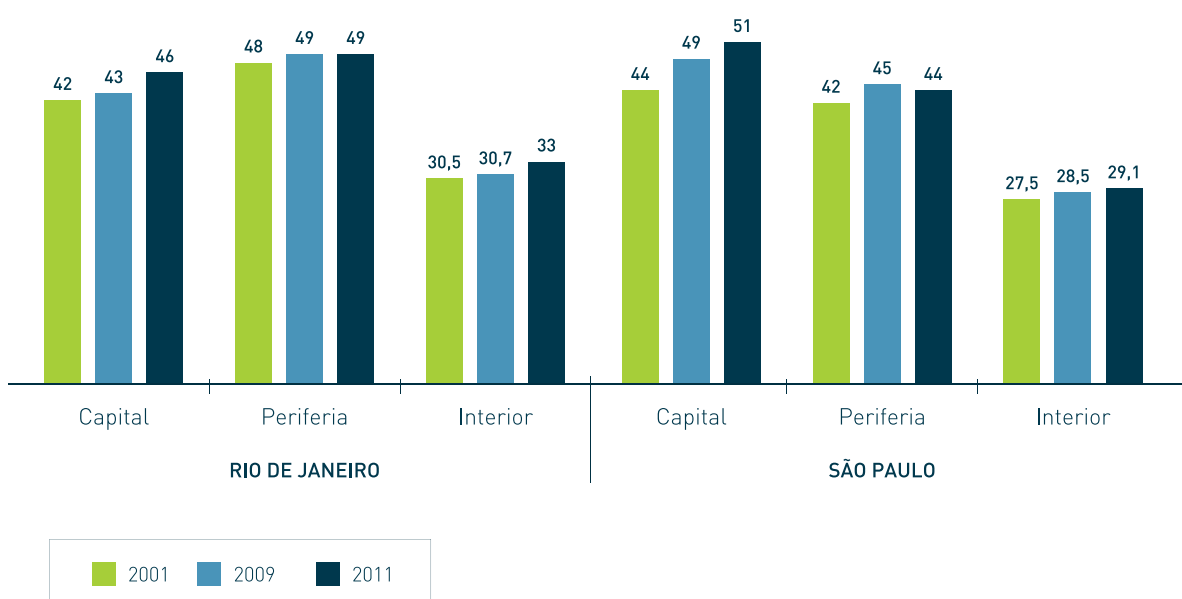
## MOBILIDADE URBANA

Dada a aglomeração do emprego na capital e na RMRJ (74 % dos ocupados estão na região metropolitana, sendo 41% na capital e 33% espalhados nos municípios da periferia), o tempo despendido na locomoção para o trabalho representa um custo de oportunidade para os fluminenses e um importante componente de sua qualidade de vida. O tempo médio de deslocamento de casa ao trabalho na RMRJ é semelhante ao da Região Metropolitana de São Paulo e cresce ao longo do tempo, sendo de 48 minutos em 2011 - o mais alto entre as nove regiões metropolitanas consideradas pela PNAD.

Entretanto, há diferenças nos dois estados entre as capitais e as áreas periféricas - em geral, mais afastadas do centro econômico, com transporte público deficitário e maior concentração de pessoas de baixa renda. Como pode ser visto no Gráfico 8, o tempo médio de deslocamento dos trabalhadores que moram na capital é menor do que o daqueles que moram na periferia do Rio de Janeiro. Já em São Paulo ocorre o contrário. Além disso, enquanto o tempo médio de deslocamento vem crescendo nas capitais, na periferia do Rio ficou estagnado entre 2009 e 2011 e na de São Paulo registrou queda.

**GRÁFICO 8 | TEMPO MÉDIO DE DESLOCAMENTO DE CASA AO TRABALHO (EM MINUTOS)**

FONTE: IETS com base nos dados das PNAD / IBGE

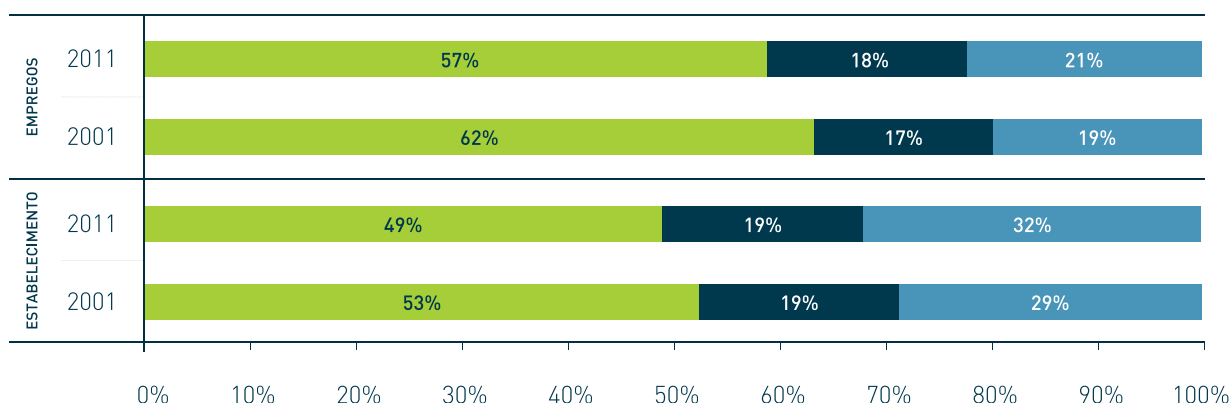


No interior do Rio de Janeiro, as pessoas demoram 33 minutos (15 a menos do que na RMRJ) se locomovendo para trabalhar. No interior de São Paulo, o tempo de deslocamento para o trabalho é ainda menor, de 29 minutos. A maior demora na região metropolitana do Rio de Janeiro e a maior rapidez na locomoção no interior de São Paulo fazem com que o tempo médio de deslocamento para o trabalho no estado do Rio (44 minutos) seja mais alto do que em São Paulo (38 minutos).

#### MPE<sup>4</sup>

Outra forma de evidenciar a concentração territorial da atividade econômica no Rio de Janeiro é olhar para a distribuição dos estabelecimentos e empregos formais no estado. Segundo o Gráfico 9, quase 70% das empresas estão localizadas na RMRJ, sendo 49% na capital. Os empregos estão ainda mais concentrados: ¾ deles estão na região metropolitana e 57% no município do Rio de Janeiro. As MPEs estão distribuídas pelo estado de forma semelhante ao total de estabelecimentos; já o emprego em micro e pequenas empresas é um pouco menos centralizado.<sup>5</sup>

**GRÁFICO 9 | DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E EMPREGOS FORMAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO** FONTE: IETS com base nos dados das RAIS / MTE



4. O porte ou tamanho de empresas foi definido pelo critério de classificação por número de funcionários, utilizada pelo Sistema SEBRAE. Assim, as micro e pequenas empresas (MPEs) compreendem indústrias (de transformação e extrativa mineral) com até 99 funcionários e as empresas agropecuárias, empresas do comércio e empresas dos serviços com até 49 funcionários. Já as médias e grandes empresas (MGEs) são indústrias com 100 ou mais funcionários e empresas agropecuárias, do comércio e do serviço com 50 ou mais funcionários.

5. Os dados referentes aos estabelecimentos formais não incluem a RAIS negativa.

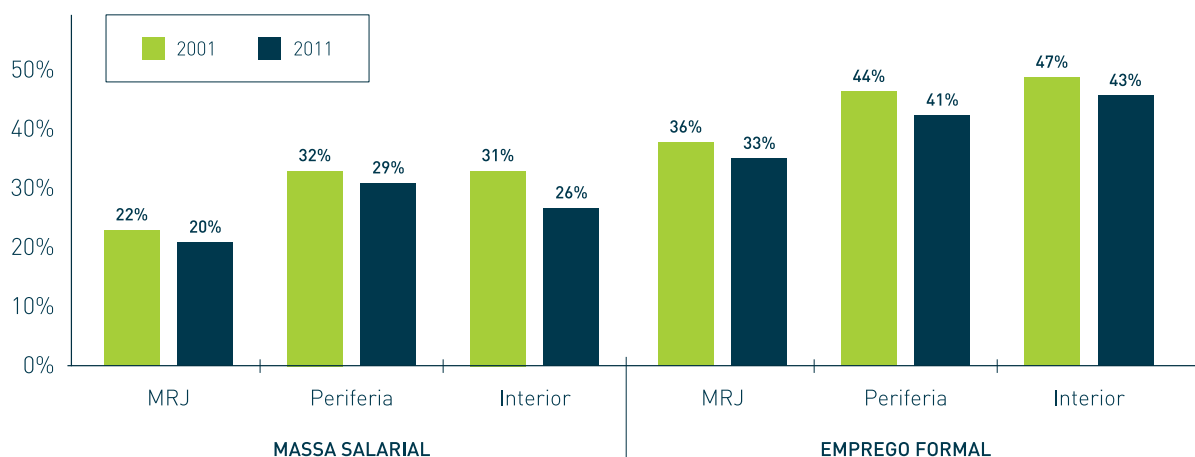
Houve um movimento de descentralização da atividade produtiva entre 2001 e 2011, com redução do peso da capital e concomitante aumento da participação do interior nos estabelecimentos e empregos formais do estado.

A proporção de MPEs no total de estabelecimentos se manteve praticamente estável (com ligeira queda) em níveis altos nesse período e correspondeu a 96% no município do Rio de Janeiro, 97% na periferia e 98% no interior do estado em 2011.

Por outro lado, a participação das MPEs no emprego formal e na massa salarial caiu nos três recortes analisados entre 2001 e 2011, representando um aprofundamento no modelo de desenvolvimento baseado em grandes empresas, capitaneado pelo município do Rio de Janeiro. Desde 2001, a capital possui o menor peso de MPEs nos empregos formais e na massa salarial, equivalentes a 37% e 20% em 2011, respectivamente – o último abaixo da média nordestina, inclusive.

#### GRÁFICO 10 | PARTICIPAÇÃO DAS MPES NO EMPREGO FORMAL E NA MASSA SALARIAL

FONTE: IETS com base nos dados das RAIS / MTE



Portanto, a desconcentração territorial foi acompanhada por uma menor contribuição das MPEs no mercado de trabalho, embora ainda tenham alta participação nos municípios do estado, exceto a capital.

Entre os empregados formais, o salário médio do município (R\$ 2.460) é superior ao da região metropolitana (R\$ 2.237), onde é mais alto do que no interior do Rio de Janeiro (R\$ 2.001). No entanto, o salário médio dos empregados formais na periferia (R\$ 1.545)

é ultrapassado pelo do interior, como observado em relação à renda do trabalho dos empreendedores.

Entre 2001 e 2011, houve expressivo crescimento do salário no interior, de mais de 40%. Ao mesmo tempo, a remuneração dos empregados formais aumentou 15% na capital e 18% nos municípios da periferia da região metropolitana. Apesar da elevação do salário médio nas MPEs no interior (27%) também ter sido acima da verificada nos demais recortes territoriais, foi o aumento no salário nas médias e grandes empresas, de 42%, que levou a tamanho crescimento. Por conta disso, o diferencial salarial entre as MPEs e MGEs no interior subiu de 196%, em 2001, para 220%, em 2011. Esse diferencial é superior ao observado na capital (201%), que se manteve no patamar de 2001, e na periferia da RMRJ (164%), onde a distância entre o salário nas MPEs e MGEs diminuiu 7 p.p. na década.

Dessa forma, apesar da importância das MPEs para a inserção econômica do interior do estado, houve piora relativa nas condições de trabalho nessas empresas em relação às MGEs entre 2001 e 2011, com redução de sua participação no emprego formal e na massa salarial, simultaneamente ao aumento no diferencial de salários.

#### EM RESUMO

O Rio de Janeiro se caracteriza como um estado altamente concentrado na região metropolitana, que abrange 74% da população e do produto, 68% das empresas e 75% dos empregos formais. Tal característica está relacionada à centralidade econômica da capital, com metade do produto e das empresas e 57% dos empregos formais.

Atraídos pela pujança econômica da capital, a periferia da região metropolitana tem pouco mais de 1/3 da população e piores condições de trabalho: taxas de desemprego mais elevadas e menor renda média do trabalho entre os empregados formais e empreendedores. É nela também que se concentram os piores indicadores de pobreza e onde moram 44% das pessoas do ERJ vivendo abaixo da linha de pobreza.

O interior do estado, que abriga cerca de 1/4 da população e do PIB, tem a menor renda domiciliar per capita. Porém, dada a grande redução na desigualdade de renda na última década, passou a registrar índices de pobreza mais baixos do que a região metropolitana.

Periferia e capital caminham juntas em algumas dimensões. Não foram capazes de reduzir a alta desigualdade de renda na última década, como o interior. Os problemas de mobilidade urbana também se sobressaem na região metropolitana, apesar da estabilização do tempo de deslocamento entre casa e trabalho na periferia.

Enfim, em relação ao empreendedorismo, a capital tem maiores índices de sucesso dos empreendedores e níveis de formalização mais elevados. Nesses quesitos, a periferia da região metropolitana – onde está mais de 1/3 dos empreendedores – também registra os indicadores mais insatisfatórios do estado, apontando a relevância de políticas de apoio aos micro e pequenos empreendedores da região.

**RESUMO DOS INDICADORES** FONTE: IETS com base nos dados PNAD / IBGE e RAIS / MTELEGENDA: **Azul** - crescimento em relação a 2001 / **Verde** - redução em relação a 2001.

	ESTADO	INTERIOR	PERIFERIA	CAPITAL
RENDIA, POBREZA E DESIGUALDADE				
Renda domiciliar <i>per capita</i>	R\$ 921	R\$ 712	R\$ 749	R\$ 1.260
Coeficiente de Gini	0,53	0,48	0,49	0,56
% de Pobres	16%	15%	19%	13%
MERCADO DE TRABALHO				
Taxa de participação	62%	63%	62%	62%
Taxa de desemprego	8%	9%	10%	7%
% Empregados com carteira	49%	45%	48%	52%
% Empregados sem carteira	17%	21%	18%	14%
% Autônomos	21%	20%	23%	20%
% Empregadores	3%	3%	3%	3%
Taxa de sucesso dos empreendedores	13%	12%	11%	15%
Remuneração média do trabalho	R\$ 1.477	R\$ 1.136	R\$ 1.247	R\$ 1.923
MOBILIDADE URBANA				
Tempo de deslocamento casa-trabalho	44'	33'	49'	46'
% Pessoas que leva mais de 1h de casa ao trabalho	19%	8%	25%	21%
MPE				
Participação no emprego formal	100%	21%	18%	57%
Participação nos estabelecimentos	100%	32%	19%	49%
Participação das MPEs no emprego formal	37%	43%	41%	33%
Participação das MPEs na massa salarial	22%	26%	29%	20%
Salário médio nos empregos formais	R\$ 2.126	R\$ 2.001	R\$ 1.545	R\$ 2.460
Salário médio em MPEs	R\$ 1.292	R\$ 1.191	R\$ 1.121	R\$ 1.470
Diferencial salarial entre MPEs e MGEs	202%	220%	164%	201%

**E MAIS...**

- Segundo o IBGE, o PIB brasileiro cresceu 0,6% no primeiro trimestre de 2013, comparado ao trimestre anterior. O setor com maior taxa de crescimento foi agropecuária (9,7%) e, com menor, foi extrativa mineral (2,1%).